

## Ata de 2188/2022.

Aos dois dias do mês de maio de 2022, reuniu-se em Sessão Ordinária, no Plenário Gomercindo Baldissera em hora costumeira, a Câmara de Vereadores de Campinas do Sul. Em nome de Deus o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou a Secretária da casa para que procedesse com a chamada dos Senhores Vereadores, conferido o quorum, confirmada a presença de todos, a Vereadora Daniela prosseguiu com a leitura do Evangelho do dia. E conforme ficou avençado foi dispensada a leitura da ata da Sessão anterior e posta a disposição dos Vereadores para vistas. Posta em discussão e votação a ata da Sessão do dia 18 de abril foi aprovada. Dando início a ordem do dia, foi feita a leitura do ofício do Núcleo Cultural. Lido na sequência o ofício CV nº 018/2022, referente ao tanque de combustível que está no terreno onde será construída a nova sede da Câmara. O Sr. Presidente esclareceu que embora já tenha o Projeto da obra, entregue e pago, ainda não obtiveram o licenciamento da Prefeitura para o início da obra, por esta razão foi decidido oficiar o Executivo e com isso prestar contas a população e disse esperar que o Prefeito faça a sua parte. Lido o Requerimento de protocolo nº 041/2022, de autoria da Vereadora Magali. E considerando que requerimento não precisa passar pela apreciação da CUP, o Sr. Presidente decidiu pela sua apreciação. Assim, foi posto em discussão com a palavra a autora após esclarecer a situação dos agentes comunitários de saúde e combate a endemias, com relação a suas remunerações, justificou que o objetivo do Requerimento é defender a legalidade dos seus salários, e solicitar o cumprimento da Lei federal nº 11.350/2006, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 13.708/2018 para que o piso salarial fixado no valor de R\$ 1.550,00, desde o início de 2021, seja concedido aos mesmos, pois continuam percebendo o valor de R\$1.400,00. Frisou que embora esteja pendente no Senado Federal a fixação do piso para 2022 de dois salários mínimos, as leis federais mencionadas anteriormente já fixaram o piso para 2021, o que não foi recepcionado pelo Município. E por fim destacou a importância do atendimento da reivindicação, pelo trabalho relevante que estes profissionais exercem no Município. Sem mais manifestações o Requerimento foi posto em votação e foi aprovado por unanimidade. Após leu-se o pedido de informações protocolado sob

nº 043/2022, dos Vereadores de oposição. Sendo o pedido de informação uma das exceções previstas do § 1º do Art. 110 do Regimento Interno, e por ser de direito dos Vereadores solicitar informações ao Executivo, o Sr. Presidente adiantou que o mesmo será apreciado nesta Sessão. Assim, o pedido foi posto em votação e o Vereador Elvis no uso da palavra disse que não vê necessidade da apresentação do pedido, uma vez que as informações estão todas no Portal transparência da Prefeitura. E afirmou entender que solicitação se caracterizada em um joguete político. O Vereador Jorge no uso da palavra justificou que apresentou o pedido por achar algumas situações absurdas no portal transparência do Município, considerando que vários Servidores estão ganhando hora extra sem trabalhar fora do horário, sendo pagos com o dinheiro público, dinheiro que é de todos e deve ser bem aplicado. Sugeriu ao colega Elvis para que se informe melhor sobre a questão com o Sr. Prefeito, e argumentou que em campanha política assumiu o compromisso de cobrar o que está errado, e assim está fazendo. Disse acreditar que a população não merece ser enganada e solicitou ao Sr. Prefeito para que reveja a questão e corrija os equívocos, pois caso contrário tomará as providências cabíveis. Ainda disse esperar que o Executivo se digne em responder as informações constantes no pedido, e deixou claro não ser contra o pagamento de horas extras, desde que o Servidor é merecedor deste abono, em aparte o Vereador Elvis, disse que se realmente a afirmação é verdadeira, devem fiscalizar a fundo e denunciar ao Ministério Público para que apure os fatos e puna os culpados, se realmente há culpados. Por fim o Vereador Jorge argumentou que uma das funções dos Legisladores é fiscalizar os atos do Executivo e é o que está fazendo com o pedido de informações. Sem mais manifestações o pedido de informação foi posto em votação e foi aprovado por unanimidade. Lembrado pelo Sr. Presidente que os pedidos de informações apreciados e aprovados pela casa devem ser respondidos pelo Prefeito no prazo de 15 dias sob pena de ser considerada uma infração política administrativa, sujeita ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionada com a cassação do mandato conforme previsto no Art. 65 da Lei Orgânica do Município. Lembrou que o pedido de informação de protocolo nº032, proposto pela maioria dos Vereadores desta casa foi aprovado na Sessão do dia 04 de abril e dado

ciência ao Sr. Prefeito, no dia 05 de abril através do ofício CV nº 012/202, se passando praticamente um mês e nenhuma informação foi prestada. Dito que os Vereadores se reuniram para deliberarem sobre a atitude a ser tomada por esta Casa, com referência a essa falta de atenção que a Câmara está recebendo do chefe do Executivo em se omitir a prestar as informações, pois o Plenário é soberano e suas decisões agradam ou não, devem ser cumpridas sob pena de incorrer em improbidade administrativa. Lembrado ainda que muitos dos Requerimentos aprovados estão no aguardo de respostas. Seguindo com os trabalhos foi feita a leitura da Emenda Modificativa de protocolo nº 040/2022, que inclui mais duas parcelas para o pagamento do IPTU, ao Projeto nº 025/2022, que será apreciado nesta noite juntamente com a matéria principal. Posta em discussão nenhum Vereador fez uso da palavra. Posta em votação a Emenda foi aprovada por unanimidade. O Projeto nº 025, com a emenda já aprovada foi posto em discussão e nenhum Vereador fez uso da palavra. Posto em votação foi aprovado por unanimidade com a emenda. Lido o ofício PM nº 070/2022, de acompanhamento do Projeto nº 026/2022. Após a leitura de sua justificativa foi feita a leitura do Projeto que altera as Leis Municipais números 2.694/2022, 2.695/2022 e 2.701/2022. Mencionado que o referido Projeto sugere a alteração da redação de três Leis Municipais que também já tiveram outras alterações por outros Projetos já apreciados por esta Casa. Consultada a CUP sobre a possibilidade de discutir e votar o Projeto, com dispensa de parecer, com a palavra a Presidente solicitou a baixa do Projeto para o cumprimento do prazo regimental. Consultados os Líderes partidários concordaram com a decisão da Comissão. Assim, o Projeto foi baixado para o cumprimento do prazo regimental. Não havendo mais matéria para a ordem do dia, passou-se para as considerações finais e pela ordem do sorteio o Vereador Presidente Jorge usou a tribuna para parabenizar o novo Presidente do MDB Sr. Manoel Gomes, e estendeu os cumprimentos a Servidora da Casa Srta. Isabéte Menegas pelo cargo de Vice- Presidente e a Vereadora Magali Scirtoli por também fazer parte do novo Diretório Municipal do MDB, e lhes desejou sucesso. Agradeceu os membros do Diretório que deixaram os cargos e destacou a importância do papel de cada um. Voltou a falar sobre as horas extras, e demonstrou seu descontentamento

ao constar no portal transparência os casos absurdos de certos Servidores percebendo esse abono sem merecimento, e argumentou que a cobrança da população aos Vereadores é muito grande. E deixou claro mais uma vez não ser contra o pagamento de horas extras, desde que os Servidores realmente trabalhem fora de seus horários. Disse ser saber também que existem Servidores que esperam trocar a administração para melhorarem seus salários. Manifestou ser contrário a este tipo de iniciativa e justificou que como Legislador deve fiscalizar os atos do Executivo e assim está procedendo. Disse esperar que o Executivo regularize as situações que estão irregulares. Cobrou ainda do Executivo, respostas dos demais pedidos de informações, bem como seu posicionamento sobre as proposições apresentadas pelos Vereadores e adiantou que se seu descaso com a Casa não mudar irão tomar medidas mais drásticas. Seguiu falando de sua viagem a Porto Alegre, na semana que passou, para tratar da retirada do tanque onde será construída a nova Câmara, e repassou que foram surpreendidos com a notícia de que na FEPAM não havia nenhum pedido, o contrário da afirmação do Sr. Prefeito que havia confirmado o encaminhamento da solicitação. Repassou que conforme o Presidente da FEPAM e técnica responsável pelos Projetos, poderiam ter resolvido a questão junto a Secretaria competente do Município, com a servidora e fazer via internet. Informou que seguindo as instruções foram até a pessoa responsável e ela nada fez, e não demonstrou nenhum interesse, pois se quer ligou o computador. Solicitou ao Sr. Prefeito caso não tenha interesse em cumprir com sua promessa que fale de uma vez, para que possam assim comprar um terreno. A Vereadora Rosângela no uso da palavra voltou a falar do Projeto que autorizou o Executivo custear as despesas relativas aos eventos alusivos ao aniversário do Município, e deixou claro que apesar dos questionamentos de forma alguma queria criar empecilhos ao Executivo, na realização das programações. Argumentou que quando falaram dos comparativos dos valores, estavam cumprindo com o papel de Vereador, e que de forma alguma quiseram dar a entender que algo está ilegal. Falou de sua viagem a Porto Alegre, juntamente com o Vereador Jorge, se atendo na busca de informações na FEPAN, para a liberação do tanque, no espaço onde será construída a nova Câmara, e ao contrário da informação que tinham nada havia sido feito a

respeito pelo Executivo. Falou da ótima recepção que tiveram na FEPAN, e que puderam contar com o apoio e suporte do gabinete do Deputado Turra e do gabinete do Deputado Beto Fantinel. Lamentou que não tiveram sucesso ao buscar a liberação do tanque no órgão competente do Município, conforme foram orientados, e disse que provavelmente terão que apelar para o plano B, e buscar a aquisição de outro terreno. Lembrou que o Legislativo possui um fundo com recursos para dotação orçamentária específica, e só poder ser utilizado para este fim. Encerrou seu pronunciamento dizendo acreditar que a Mesa Diretora irá analisar a possibilidade da aquisição de outro espaço. E não havendo mais Vereadores inscritos, em nome de Deus o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão. Sala das Sessões 02 de maio de 2022.